

A luta pela terra na região de Ribeirão Preto (SP) no limiar do século XXI

The struggle for land in the region of Ribeirão Preto (SP) for the 21st century

Danton Bini¹

RESUMO: A reestruturação produtiva agrícola iniciada nos anos 1990 aumentou os conflitos rurais no espaço geográfico brasileiro. A lavoura canavieira, com a introdução do corte mecânico substituindo o manual, gerou desemprego no campo e direcionou muitos trabalhadores para a luta pela reforma agrária. Neste trabalho são apresentadas algumas informações desse processo na região de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, Brasil.

ABSTRACT: The productive agricultural restructuring that began in the 1990s increased the rural conflicts in the Brazilian geographic space. The sugarcane production, with the introduction of mechanic cutting which replaced the manual cutting generated unemployment in rural areas and directed many workers to the struggle for agrarian reform. This paper presents some information on this process in the region of Ribeirão Preto, São Paulo, Brazil.

PALAVRAS-CHAVE: Reforma agrária. Cana-de-açúcar. Ribeirão Preto (SP).

KEYWORDS: Agrarian reform. Cane sugar. Ribeirão Preto (SP).

I. INTRODUÇÃO

Por meio deste trabalho de pesquisa científica na região de Ribeirão Preto, procura-se dar uma pequena contribuição crítica em relação às situações em que vivem os trabalhadores rurais dessa região frente à acelerada mecanização da lavoura canavieira ocorrente desde a última metade da década de 1990. Colheitadeiras e plantadeiras são instrumentos que agregam um novo conteúdo técnico e social à cadeia produtiva da atividade canavieira. Na análise da introdução dessas novas técnicas de produção – com a formação de uma nova divisão técnica do trabalho – tem-se como objetivo apresentar algumas informações sobre os impactos socioespaciais decorrentes dessa reestruturação produtiva nas reivindicações de reforma agrária na região.

A divisão regional escolhida para a pesquisa foi baseada na Divisão

¹ Geógrafo, pesquisador científico do Instituto de Economia Agrícola (IEA/SAA-SP). E-mail: danton@iea.sp.gov.br

Administrativa do estado de São Paulo, formulada pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), vigente até o início da década de 1990. Esta delimitação, circunscrita à Macrorregião de Ribeirão Preto, compreende 86 municípios que fazem parte das atuais Regiões Administrativas de Barretos, Franca, Central e de Ribeirão Preto.

A Macrorregião de Ribeirão Preto é a principal região produtora de cana-de-açúcar do estado de São Paulo. Assim, pode-se dizer que a produção do espaço regional é feita principalmente dentro das necessidades políticas, econômicas e ideológicas dos atores hegemônicos do setor sucroalcooleiro. Os doces frutos gerados pelo rico solo servem a interesses estranhos da grande maioria dos homens e mulheres que trabalham nos canaviais. São aos interesses da elite usineira, das multinacionais produtoras de maquinários e produtos bioquímicos, dos investidores especuladores financeiros que investem no setor e de políticos eleitos com o dinheiro da cana que articulam a espacialidade atual da região de Ribeirão Preto.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Embasados teoricamente nos escritos de Milton Santos – em suas principais obras relacionadas a uma teoria e a um método da ciência geográfica – iniciaremos a discussão do trabalho pelo objeto da ciência geográfica: o espaço geográfico (SANTOS, 1978; 1988; 1994; 2002).

Assim, temos por espaço geográfico a parte da natureza modificada pelo trabalho humano durante o processo histórico. No estágio das relações sociais atingidas atualmente, tem-se praticamente a totalidade da natureza modificada por esse trabalho (SANTOS, 1994; 2002). Dessa maneira, o espaço geográfico se caracteriza pelo trabalho humano materializado na superfície da Terra e em sua órbita. Temo-lo como a união do trabalho morto, realizado no passado histórico (por todos os processos de produção precedentes, incluindo as antigas organizações do atual) com o trabalho vivo, esse último realizado no presente período histórico (pela específica organização do processo de produção vigente). Assim, o espaço geográfico é perceptível no cotidiano como um conjunto de sistemas de objetos² e sistemas de ações³ (SANTOS, 1994; 2002).

Na materialização de seu trabalho no espaço geográfico, a humanidade sempre desenvolveu técnicas facilitadoras para a execução de seus objetivos.

2 Sistemas de objetos são infraestruturas materializadas na superfície da terra e em sua órbita pelo trabalho humano. Casas, móveis, ruas, avenidas, carros, escolas, prédios, parques, zoológicos, estradas, pontes, viadutos, indústrias, pastos, plantações, máquinas plantadeiras e colheitadeiras, aviões e satélites são alguns poucos objetos formadores e constituintes do sistema geográfico.

3 Sistemas de ações são os fluxos que dão vida aos sistemas de objetos. Disso, compreende-se a impossibilidade de analisar os objetos e as ações isolados uns dos outros. Esses fluxos são impulsionados por intencionalidades humanas, sendo os principais os fluxos de informações, normas, pessoas, capitais e mercadorias (SANTOS, 2002).

Técnicas agrícolas, industriais, comerciais, culturais, políticas, de difusão da informação, dos transportes, das comunicações, da distribuição etc; técnicas aparentes ou não em uma paisagem são uns dos dados explicativos do espaço geográfico (SANTOS, 1994, p. 61).

Tendo a técnica como instrumento intermediário das relações entre os seres humanos em si e os seres humanos e a natureza, no começo da história se imagina que havia técnicas na mesma proporção que agrupamentos humanos. Com a passagem do tempo, as relações entre os grupos possibilitaram a expansão de técnicas dominantes e a extinção (ou limitação) de técnicas “menos eficientes”. No presente período, denominado de período técnico-científico-informacional⁴, com a expansão das empresas centrais do sistema capitalista a todos continentes do mundo, prenuncia-se, com o atual processo de globalização, a unicidade das técnicas em cada setor das atividades produtivas, em contexto mundial. Dessa maneira, sendo a Geografia a ciência que analisa a objetividade das relações sociais no espaço geográfico, vemos a técnica como o melhor instrumento analítico dessa relação (SANTOS, 1994; 2002). Os sistemas técnicos transportam uma história, cada uma representando uma época. Em nossa época, o que é representativo do sistema de técnicas atuais é a técnica da informação por meio da cibernéti-

4 Mudanças organizacionais e tecnológicas se tornam necessárias nos embates do mercado comercial globalizado: as novas técnicas de informação surgem como o paradigma moderno desse processo (TIGRE, 1993). Para diminuir custos, identificar perdas e acelerar a atividade e o controle da produção, os atores hegemônicos de todos os setores são obrigados a renovar seus parques produtivos para continuarem competitivos no mercado. Novas máquinas e instalações acopladas por sistemas (softwares) informatizados se tornam as inovações do novo período das relações produtivas: são novos sistemas de objetos e ações, que, constituídos e sistematizados pela precisão das técnicas da informação, qualificam o espaço geográfico como meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1994; 2002). Implementada nos países mais desenvolvidos depois da Segunda Guerra Mundial e no Brasil nos anos 1970 (RAMOS, 2001), a união entre a ciência, a técnica e a informação, como eixo normatizador das relações hegemônicas universais, atinge sua fase madura com a globalização iniciada nos anos 1990 (SANTOS & SILVEIRA, 2001). Assim, com a abertura comercial projetada pelas reformas neoliberais, só passam a resistir à competitividade globalizada os atores econômicos que instauram inovações possibilitadoras da obtenção de menores custos de produção. Sendo a técnica da informação – através da precisão e controle que ela estabelece – o principal elemento inovador que capacita a diminuição dos custos no processo produtivo, sua instalação acoplada aos objetos e ações desse novo momento histórico é norma para a subsistência no mercado global.

ca, da eletrônica. A técnica da informação vai permitir que as diversas técnicas existentes passem a se comunicar entre si. Ela passa a ter um papel determinante sobre o uso do tempo, permitindo em todos os lugares a convergência dos momentos e a simultaneidade das ações (SANTOS, 2000). Assim, os territórios do mundo passam a se informatizar muito depressa no uso de um mesmo sistema de técnicas. Os objetos criados pelos seres humanos passam a se informatizar, estando ligados simultaneamente a qualquer outro similar na face da Terra. Esses objetos tendem a ser os mesmos em toda parte, formando sistemas de objetos hegemônicos, surgidos para atender as necessidades das ações hegemônicas.

Nos dias de hoje, o espaço se redefine como um conjunto indissociável no qual os sistemas de objetos são cada vez mais artificiais e os sistemas de ações são cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar. (SANTOS, 1994; 2002). Seguindo essa concepção, compreende-se que o lugar ou a região não é parte e o mundo o todo. A região não é um fragmento, é a própria totalidade em movimento que, através dos eventos, se afirma e se nega, caracterizando um subespaço do espaço global. A região é o outro da totalidade, transformando-se numa totalidade parcial, estando ligado às outras totalidades parciais, via totalidade global (SILVEIRA, 1997). A totalidade se funcionaliza no evento. Essa função é, de início, limitada num lugar, no qual o evento se materializa. Mas, em sequência, o lugar fica total, porque na essência – e não na sua aparência – ele tem as conexões via totalidade com todos os outros lugares: “consideramos que no lugar o todo se nega, mas também se afirma cada vez mais, porque o lugar não é uma parte, é o todo mesmo concretado no local” (SILVEIRA, 1997, p. 205). Os lugares se tornam mundiais, ainda que cada vez mais diferentes entre eles, e formam uma totalidade concreta, empírica. As funções dos lugares vão empirizando a trama dos eventos que é a totalidade (SANTOS, 2002). Assim, a definição do papel que a região e cidade polo (cidade média) estabelecem como totalidade parcial do mundo em movimento deve respeitar muito mais os critérios qualitativos e relacionais dados na sua situação funcional dentro da divisão territorial do trabalho do que as proporcionalidades engessadas dos elementos estatísticos (SPOSITO, 2001).

Assim, diante da ampliação da divisão internacional do trabalho do sistema capitalista, regiões e localidades mudam suas tessituras periodicamente, anexando em seus espaços geográficos conteúdos técnicos renovados por capitais forâneos sob a tutela da elite rentista regional. Nessas reconfigurações cada vez mais globalizadas, a administração política do território vivido pelas populações regionais que constroem com suas mãos a geografia de seus lugares escapa de suas próprias decisões (SANTOS, 2002).

3. AS TÉCNICAS DE PRODUÇÃO E O TRABALHO NA LAVOURA CANAVIEIRA

Particularmente na década de 1950, ocorreu o impulso da mecanização na lavoura canavieira, inclinação que levou ao aumento de estudos comparativos dos custos

do cultivo manual versus cultivo mecânico (VEIGA FILHO, 1998).

No preparo do solo, na mesma época, já se tinham todas as operações realizadas com máquinas – aração, gradagem e sulcamento – exceto a adubação, que era executada em parte por trator e carreta no transporte do adubo, e a distribuição sendo feita por adubadeiras de tração animal. Na aração, na gradagem e no sulcamento, utilizavam-se tratores e equipamentos próprios a cada operação.

O cultivo ou plantio – que passa pelas operações de enleiramento da palha, adubação e capinas – tinha a predominância do trabalho manual, com alguma utilização de adubadeira e cultivadores tracionados por animais. A colheita era totalmente manual.

Na década de 1970, época em que o governo militar implantou o Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar (PLANALSUCAR-1971), o Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira (1971) e o Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL-1975), ocorreram várias transformações técnicas no processo produtivo da cana-de-açúcar. Na região de Ribeirão Preto, na safra de 1975/1976, a transição da força motriz de animal para trator – no preparo do solo e no plantio – estava quase encerrada.

Os principais instrumentos técnicos que renovaram a estrutura produtiva da lavoura canavieira nos anos 70 foram (VEIGA FILHO, 1998): pulverizador e distribuidor de calcário; a aplicação de herbicida, que substituiu a capina manual; sulcamento e adubação do sulco em uma só operação com adoção do sulcador/adubador; e carregamento mecânico da cana, do corte para o caminhão que realiza o transporte lavoura – usina.

Nas décadas de 1980 e 1990, o progresso técnico na lavoura se acirrou ainda mais. Com a introdução de tratores com diferentes potências e mais fortes, adequados para utilização nas diversas operações, nessas décadas se propagou a técnica do terraceamento para maior proteção contra a erosão, anteriormente contida basicamente pelo tracejamento de curvas de nível. A partir daí, a atividade de cultivo passou a ser quase totalmente mecanizada, com a difusão das práticas de carpa química e o uso dos equipamentos dessa etapa sendo utilizado também em outras operações.

A informatização cada vez maior de todo o processo produtivo passou a possibilitar uma integração da gestão empresarial nas usinas, com a aquisição de diversos softwares que ajudam na sistematização da produtividade e, consequentemente, na diminuição dos custos de produção. Na área de biotecnologia, vários projetos, como o Projeto Genoma Cana, desenvolveram novas variedades de plantas resistentes às pragas e possuidoras de mais sacarose. Outras inovações também ocorreram em áreas como transportes e prestação de serviços.

4. MUDANÇAS NA ENTRESSAFRA DA LAVOURA CANAVIEIRA

Hoje, após a melhoria genética das plantas, pode-se colher quase o ano todo, e cada planta nas linhagens mais modernas permite até 10 cortes. Porém, sendo essa variedade de cana ainda não hegemônica nas lavouras, oficializa-se a entressafra.

safra entre os meses de novembro a abril. O mês de maio, período transitório, é o mês preparatório de início da colheita, que se intensifica no mês de julho.

A entressafra é o período da preparação e plantio da cultura de cana-de-açúcar. Precisa-se em sua atividade manual de menos trabalhadores do que o período da safra (colheita). Assim, é nessa época do ano – na entressafra – que se intensifica o “desemprego sazonal” na lavoura canavieira. Muitos trabalhadores rurais e seus familiares sobrevivem do “bico” (trabalho informal), até chegar a nova safra. Os migrantes longínquos retornam como andorinhas aos ninhos para suas terras natais.

Os processos de cultivo da cana-de-açúcar na entressafra são os seguintes: primeiro temos o tratamento do solo, com a erradicação da cana velha; a regularização do pH do solo com a aplicação de calcário. Em algumas áreas se faz uma sequência direta para o plantio; em outras, se faz uma cultura intermediária, como o amendoim e a soja, colhidos a partir de março, escolhidos prioritariamente.

Após os cuidados com o solo, começa a fase do plantio. De um caminhão, alguns trabalhadores jogam a cana nos sulcos; aí vem outro trabalhador que está em uma fileira determinada e arruma a cana geometricamente nos sulcos; um terceiro pica a cana que, logo após, é coberta com terra à espera das chuvas. Daí, em seguida, quando uma cana nova nasce (20–30 cm), aplica-se o herbicida para controlar o mato. Esse herbicida tem um efeito residual de 60 a 70 dias, perdendo após esse tempo o efeito. Contudo, com esse tempo a cana já cresceu suficientemente para abafar as ervas daninhas que não nascem mais.

Visando principalmente à colheita mecanizada, está se processando uma mudança de paradigma no plantio da cana-de-açúcar. Estudos em diferentes universidades e centros de pesquisa científica (principalmente no Centro-Sul do país) estão sendo realizados na organização espacial das lavouras.

Junto a isso, no final da década de 1990, o plantio mecanizado se tornou uma nova realidade em expansão na atividade canavieira. Na dianteira, a Companhia Energética Santa Elisa, localizada no município de Sertãozinho (SP), região de Ribeirão Preto, após anos de experimentação via parcerias público-privadas, adquiriu da empresa DMB Máquinas e Implementos Agrícolas, também de Sertãozinho, sua primeira plantadeira de cana picada. A plantadeira, com ajustes mecânicos pontuais, tem sido usada pelas usinas da região e dos canaviais paulistas na última década com resultados bastante positivos.

O gerente agrícola da Companhia Santa Elisa, Paulo Simon, disse em 2000 que a “expectativa é que em três anos estaremos utilizando o plantio mecanizado em 50% de nossas áreas”, lembrando que o objetivo é ter o tempo suficiente para qualificar a mão de obra da companhia para ser utilizada em funções “mais nobres”: no plantio e na colheita mecanizada. Hoje, uma década depois, praticamente 100% do plantio nesta companhia é mecanizado. Para o gerente de produção agrícola da mesma empresa, o objetivo era um dia poder trabalhar com a máquina as 24 horas diárias (JORNAL CANA, Novembro/2000).

No mesmo processo de implementação da nova técnica de plantio, as agroindústrias da atividade canavieira reestruturaram o mercado de trabalho setorial organizando cursos de formação de trabalhadores especializados nas novas funções surgidas com esta reestruturação produtiva do setor. Na primeira metade dos anos 2000, segundo relatos de especialistas do setor, em um hectare, um único trabalhador operando uma plantadeira realiza o mesmo serviço de 8 a 10 pessoas no plantio manual. Segundo Reinaldo Junqueira, então consultor agrícola da empresa de Serrana (SP) Sermag Industrial Comercial (produtora de máquinas agrícolas), no limiar do século XXI, o plantio mecanizado se limita a testes expansivos executados por algumas usinas em conjunto com as empresas produtoras das máquinas. Sendo assim, o plantio manual acontecia em meados da década passada em 95% das áreas⁵. Porém, para Junqueira, “a mão de obra está barata ainda. Quando a mão de obra estiver cara, a infraestrutura para a mecanização do plantio estará preparada”.

Na Usina São Francisco, de Sertãozinho, a utilização de plantadeiras tem ajudado a controlar a sazonalidade da mão de obra. A usina utiliza plantadeiras experimentalmente desde 1999. Finalizou este ano com 7,5% do plantio mecanizado e a colheita foi 100% feita por colheitadeiras nas áreas próprias da usina. Sendo assim, a ideia dos administradores da usina para o último decênio foi aumentar as escalas das áreas com plantio mecanizado para poder manter o mesmo número de empregos durante todo o ano.

A Usina São Martinho, localizada em Pradópolis, também está investindo no plantio mecanizado. Ela desenvolve desde os anos 1990 máquinas de colheita e plantio por meio de uma parceria com a empresa multinacional na área de mecanização agrícola, a Case/New Holland. Em 1999, a mecanização no plantio foi aplicada em 300 hectares da usina. Em 2000, já se plantava mecanicamente em aproximadamente 1.000 hectares dos 8.000 trabalhados⁶. Em 2010, estima-se que mais da metade do plantio desta e de outras grandes unidades de produção no Centro-Sul brasileiro aconteça via métodos mecanizados.

5. ACAMPAMENTOS E ASSENTAMENTOS NA REGIÃO DE RIBEIRÃO

Novas divisões sociais, técnicas e territoriais do trabalho, entendidas como ajustes organizacionais normatizados pelo poder público em parceria com as empresas da região de Ribeirão Preto, estão sendo realizadas faz duas décadas na busca de se enquadrarem nas novas exigências do mercado e assim se manterem no setor sucroalcooleiro mundial.

Contudo, essa reestruturação produtiva não está a serviço dos anseios

5 Contudo, a Usina Luciânia, localizada no município de Lagoa da Prata, no estado de Minas Gerais, praticava já no final dos anos 1990 o plantio mecanizado em todas suas áreas próprias. As plantadeiras usadas pela usina foram desenvolvidas pela empresa produtora de máquinas agrícolas Sermag, a mesma em que o consultor Reinaldo Junqueira trabalha, localizada no município de Serrana (JORNAL CANA, Abril de 2000, pág. 39).

6 Jornal da Cana, Abril de 2000, pág. 22

e das necessidades da maioria da população regional, o que tem ocasionado muitas resistências, como a expansão em localidades do espaço regional, dos movimentos de luta pela reforma agrária. Questionando a função social da terra, que, ao invés de produzir alimentos para a população local, produz quase só cana-de-açúcar, centenas de famílias expropriadas do mercado de trabalho pela reestruturação produtiva vigente na atualidade ocupam tanto propriedades privadas com problemas jurídicos, quanto áreas públicas, como hortos florestais, estações ecológicas etc.

Nos municípios pertencentes à região estudada (em dezembro de 1996), tínhamos algumas propriedades ocupadas por movimentos de trabalhadores que desejavam obter lotes de terras para neles retirarem suas subsistências e viverem (Tabela 1).

Tabela 1: Áreas Ocupadas por Movimentos Reivindicadores da Reforma Agrária na Região de Ribeirão Preto – Dezembro de 1996

Data da ocupação	Propriedade ocupada	Município	Proprietário	Organização	Nº de famílias
22/08/1992	Horto Florestal Guarani	Pradópolis	FEPASA	FERAESP	310
24/08/1996	Horto Florestal Bebedouro	Bebedouro	FEPASA	CUT	160
31/08/1996	Estação Ecológica São Simão	São Simão	Secretaria E. do Meio Ambiente	FERAESP	180
19/05/1996	Estação Ecológica Zootecnia	Colina	Secretaria Estadual da Agricultura	MLPT	87
10/05/1996	Fazenda Sapecado	Colômbia	Fernando e Isidoro Coimbra	MLPT	40
12/02/1996	Fazenda Perdizes	Colômbia	Cia Agrícola e Pastoril Vale do Rio Grande	MLPT	17
19/06/1996	Fazenda Formigas	Colômbia	Joaquim Barcelos	MLPT	16

Fonte: Grupo de Conflitos Agrários, Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva", Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania, ITESP. Coleta em visita institucional, 2003. Siglas utilizadas: Feraesp – Federação dos Empregados Assalariados Rurais do Estado de São Paulo; CUT – Central Única dos Trabalhadores; MLPT – Movimento de Luta pela Terra.

Nesse mesmo ano de 1996, esses acampamentos na região de Ribeirão

Preto representavam 31,8% dos 22 existentes no estado de São Paulo. A região possuía também seis assentamentos (áreas que foram direcionadas para as famílias que reivindicaram lotes para deles viverem e produzirem), de um total de 66 em todo o estado de São Paulo (Tabela 2).

Tabela 2: Assentamentos Rurais na Região de Ribeirão Preto - 1996

Projeto de Assentamento	Município	Início	Nº de famílias
Monte Alegre 1	Motuca	mai/1985	49
Monte Alegre 2	Motuca	out/1985	62
Monte Alegre 3	Araraquara	ago/1986	76
Monte Alegre 4	Motuca	ago/1986	49
Bela Vista do Chibarro	Araraquara	dez/1989	176
Monte Alegre 5	Motuca	out/1991	34
Total na região	-	-	446
Total no estado de SP	-	-	5148

Fonte: Grupo Socioeconomia, Gerência Desenvolvimento Humano, Diretoria Adjunta de Políticas de Desenvolvimento, Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva", Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania, Itesp. Coleta em visita institucional, 2003.

Estes assentamentos, na condição de estruturas rígidas no espaço da região, superaram a primeira etapa dos conflitos de posse. Cada família neles trabalha num determinado lote, com direitos às importantes e, às vezes, escassas linhas de crédito agrícola e de assistência técnica oficial. Restam-lhes os desafios para a permanência na terra frente às barreiras burocráticas dos programas governamentais (como o não-perdão aos inadimplentes das primeiras safras como assentados, que impede a renovação de créditos; a insuficiência de técnicos agrícolas nas instâncias municipais; o déficit de escolas agrícolas em regiões de projetos de reforma agrária etc.).

Já nos acampamentos, temos uma falta de rigidez quanto à estrutura jurídica dos que reivindicam suas posses: a instabilidade dos movimentos de pessoas, de alimentos, de grupos políticos é muito grande. Em alguns meses, observa-se que existiram acampamentos que aumentaram ou diminuíram drasticamente o seu número de famílias; outros trocaram suas lideranças políticas e ainda há aqueles que deixaram de existir.

Para se ter um melhor entendimento da mobilidade desses movimentos de luta pela terra no espaço geográfico regional, a Fundação Instituto de Terras

do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” (ITESP) apresenta dados mensais dos acampamentos e dos assentamentos⁷.

Com essa facilidade metodológica oferecida pelo Itesp, compreende-se o desenrolar do processo dos conflitos agrários existentes na região. Caso se optasse somente pela panorâmica anual mostrada na forma de dados numéricos no final de cada ano, não seria possível visualizar, por exemplo, que, de dezembro de 1996 a dezembro de 2002, 35 acampamentos foram formados na região estudada; que acampamentos como o da fazenda Eufrásia em Franca e o da fazenda Queixada em Barretos surgiram e desapareceram no intervalo de 12 meses⁸. Desses 35 acampamentos, 22 foram desocupados, sete viraram assentamentos e outros sete persistiam na ocupação no início de 2003⁹.

Já fazendo uma análise anualizada, juntando os dados gerais dos acampamentos e dos assentamentos nos finais dos anos trabalhados, temos os seguintes resultados organizados nas Tabelas 3, 4, 5 e 6.

Tabela 3: Número de Acampamentos na Região de Ribeirão Preto e no Estado de São Paulo nos Finais dos Anos Pesquisados – (1997-2002)

Região/ Anos	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Ribeirão Preto	10	04	08	08	09	07
Estado de SP	45	46	61	70	75	81

Fonte: Itesp. Coleta em visita institucional (2003).

7 Com esses dados em mãos, podem-se apresentar com maiores minúcias as dificuldades que existem para a anexação e estruturação da reforma agrária no campo da região de Ribeirão Preto. Com essa panorâmica, é visível a diferença de se trabalhar mês a mês ao invés de se apresentar somente dados estáticos no final de cada ano. Muitos acampamentos que surgem e desaparecem ao longo do ano não seriam catalogados com a disposição somente de dados anuais; a intensa mobilidade de famílias que neles entram e saem mensalmente também seriam imperceptíveis.

8 Contudo, é importante salientar que, para analisar o resultado desse processo de distribuição das famílias acampadas e assentadas na região de Ribeirão Preto e no estado de São Paulo, a panorâmica anual vem a calhar como um recorte temporal importante para a organização da pesquisa. Principalmente nos acampamentos, em que, não existindo uma fixação plena das famílias na terra, a contagem e o entendimento do número correto de famílias mês a mês seria algo penoso e confuso. Os altos e baixos dos números mensais confundem no momento de se entender o processo em uma escala temporal maior.

9 Nesse período, foram criados 10 assentamentos na região, contudo três desses assentamentos foram criados em localidades que não eram acampamentos no período analisado na pesquisa. Dos assentamentos Bueno de Andrada e Monte Alegre, 6 se disponibilizam dados dispersos de 1994 que os apresentam como acampamentos existentes na região (ITESP, Relatório Semanal de 21 de dezembro de 1994).

Tabela 4: Número de Pessoas Acampadas na Região de Ribeirão Preto e no Estado de São Paulo nos Finais dos Anos Pesquisados - (1997-2002)

Região/ Anos	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Ribeirão Preto	983	367	1.546	953	473	406
Estado de SP	5.335	3.527	6.538	6.039	4.947	5.359

Fonte: Itesp. Coleta em visita institucional (2003).

Tabela 5: Número de Assentamentos na Região de Ribeirão Preto e no Estado de São Paulo nos Finais dos Anos Pesquisados - (1997-2002)

Região/ Anos	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Ribeirão Preto	08	14	16	16	16	16
Estado de SP	84	110	122	128	132	136

Fonte: Itesp. Coleta em visita institucional (2003).

Tabela 6: Número de Pessoas Assentadas na Região de Ribeirão Preto e no Estado de São Paulo nos Finais dos Anos Pesquisados - (1997-2002)

Região/ Anos	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Ribeirão Preto	565	1.184	1.286	1.286	1.286	1.286
Estado de SP	5.783	7.574	8.267	8.527	8.692	8.856

Fonte: Itesp. Coleta em visita institucional (2003).

Analisando os dados relacionados ao número de acampamentos na região de Ribeirão Preto, observa-se uma retração de 30% entre 1997 e 2002. A quantidade de ocupações permanentes controladas em um mesmo patamar (em torno de 4 a 10 ocupações) mostra como o setor da agroindústria canavieira na região conseguiu segurar o avanço dos movimentos sociais do campo que reivindicam a reforma agrária. Para termos uma ideia, só no município de Iaras, localizado na região de Bauru, existiam em dezembro de 2002 oito acampamentos instalados e organizados pelo MST: na região de Ribeirão Preto, constituída de 86 municípios, tínhamos somente sete ocupações. Em contraposição, no perí-

odo analisado, houve um crescimento de 80% no número de acampamentos no estado de São Paulo (liderados pela região de Presidente Prudente), o que confirma o caráter específico do ocorrido na região estudada, principalmente em um período de reestruturação produtiva e diminuição do oferecimento de trabalho na colheita da cana-de-açúcar.

Seguindo essa demonstração, no que se refere à quantidade de pessoas acampadas, esse número caiu mais do que pela metade entre 1997 e 2002 na região de Ribeirão Preto¹⁰: saiu-se de uma relação acampados por acampamento de 98,3 pessoas no primeiro ano analisado para 58 pessoas no segundo. No estado, no mesmo intervalo, a quantidade de acampados é praticamente a mesma, mesmo tendo aumentado o número de acampamentos, ou seja, a relação de acampados por acampamento também diminuiu de 118,5 pessoas no primeiro ano analisado para 66,16 pessoas no segundo.

Algo também a se considerar nessa análise é que os assentamentos surgidos na região foram quase todos fruto da ocupação de áreas públicas de preservação ambiental. Os assentamentos de Matão, Pradópolis, Bebedouro, Jaboticabal, Pitangueiras e Restinga se originaram dessa estratégia dos movimentos sociais: eles ocuparam Hortos Florestais e Estações Ecológicas da região para pressionar o governo estadual a resolver o problema agrário com maior rapidez. Somente os dois assentamentos de Colômbia – os das fazendas Perdizes e Formigas – surgiram de ocupações em terras particulares. Das 15 propriedades privadas ocupadas no período estudado, 11 foram desocupadas, duas viraram assentamentos e outras duas persistiam na ocupação no final de 2002. Isso tudo nos mostra a dificuldade dos movimentos sociais nesta virada de século na região de duelarem contra a superestrutura política, jurídica e econômica ordenada pelos usineiros e seus lobbies frente ao poder público.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diferentemente do discurso e da utopia do livre mercado apresentados no início dos anos 2000 pelos governos liberais do mundo, tanto nos chamados desenvolvidos, em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, notamos que os Estados Nacionais continuam controlando com mão de ferro as relações comerciais que estabelecem entre si.

Nos Estados Unidos da América, país que mais “vende” a política do livre mercado, o lobby funcionou, e o Congresso aprovou em 2001 a continuidade dos subsídios à agricultura por mais dez anos. Internamente, o governo brasileiro também tem financiado e dado subsídios para sua agricultura. Na continuação da política de modernização do campo, o Estado acatou o lobby das agroindústrias nacionais e aplicou bilhões de reais no processo de reestruturação produtiva dos anos 90.

¹⁰ O que vemos foi a região acompanhar os percentuais de aumento do estado de São Paulo até 1999. A partir daí há uma diminuição enorme no número de acampados, o que não ocorre no estado.

Através do Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o setor canavieiro recebe financiamento em várias frentes. O projeto Genoma Cana e outras pesquisas científicas em prol da modernização canavieira acontecem e são financiados pelo Estado brasileiro em todo o país. Porém, políticas públicas direcionadas para a amenização dos choques da reestruturação do mercado de trabalho na região de Ribeirão Preto não foram realizadas com o mesmo empenho. Excluídos do trabalho com a mecanização, os pobres da região sofrem com a má assistência social do Estado em diversas áreas, como as de saúde, saneamento básico, moradia, educação e outras. O que fazer para mudar tal ordem? Para que gastar bilhões de reais com projetos que beneficiarão tão poucas pessoas? Por que não se privilegia o uso da estrutura fundiária em favor prioritariamente do mercado local ao invés do mercado global?

É nesta ampliação do desemprego estrutural e da insegurança alimentar que muitos trabalhadores rurais têm escolhido a luta pela terra como única alternativa para obtenção de uma vida digna. Mesmo com as dificuldades apresentadas na obtenção de resultados relacionados à efetivação de suas condições de assentados, o encaminhamento dado por esta parcela da população excluída se apresenta também como possibilidade para muitos obterem alimentos baratos e saudáveis em seus mercados regionais. Isso amplia o debate referente ao modelo de circuitos econômicos almejados no planejamento das regiões: mantém-se o direcionamento concentrado do uso das terras para especializações produtivas de monoculturas exportáveis em longos circuitos modernos que alcançam a escala mundial ou se diversifica pela divisão do uso da terra em diferentes culturas alimentares garantidoras da renda e da segurança alimentar regional? Daí o debate da importância de se realizar ou não na região de Ribeirão Preto ou no Brasil a reforma agrária. Diante das divergências em relação à sua execução, aqueles que a defendem conseguem colocá-la na ordem do dia somente pela luta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ITESP, Relatório Semanal de 21 de dezembro de 1994.

RAMOS, S. F. *Uso do território brasileiro e sistemas técnicos agrícolas: a fruticultura irrigada em Petrolina (PE)/Juazeiro (BA)*. Dissertação de Mestrado, FFLCH, USP, São Paulo, 2001.

SANTOS, M. *Por Uma Geografia Nova*. Hucitec. São Paulo, 1978.

_____. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. Hucitec. São Paulo, 1988.

_____. *Técnica, espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. Hucitec, São Paulo, 1994.

_____. *Por uma outra globalização*. Record. São Paulo, 2000.

_____. *Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. *O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI*. Editora Record. Rio de Janeiro, 2001.

SILVEIRA, M. L. *Totalidade e fragmentação: o espaço global, o lugar e a questão*

- metodológica, um exemplo argentino. In: *O Novo Mapa do Mundo: Fim de Século e Globalização*. (org.) Souza, M. A. de; Santos, M.; Scarlato, F. C.; Arroyo, M.; Editora Hucitec/ANPUR, São Paulo, 1997.
- SPOSITO, M. E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. SPOSITO, Maria E. B. (org.) Presidente Prudente: (s.n), 2001.
- TIGRE, P. B. Informática como base técnica do novo paradigma. *São Paulo em Perspectiva*, 7(4):26-33, SEADE, dezembro-setembro, São Paulo, 1993.
- VEIGA FILHO, A. Fatores explicativos da mecanização do corte na lavoura canavieira paulista. *Informações Econômicas*. Volume 28, nº 11. Instituto de Economia Agrícola (IEA), Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado de São Paulo, São Paulo novembro/1998.

Bibliografia de Jornais:

- JORNAL CANA. *A importância dos controles gerenciais*. Editora Pró-cana. Ribeirão Preto. Abril de 2000.
- JORNAL CANA. *Fábricas de tratores atende reivindicação do Grupo de Motomecanização*. Editora Pró-cana. Ribeirão Preto. Novembro de 2000.

Recebido em: 10/08/2011

Aceito em: 25/08/2011